

DESP  
1º/6/97 B-5  
101

ARTIGO

# O Consórcio Brasil e a Cia. Vale do Rio Doce

BENJAMIN STEINBRUCH\*

Especial

**A** privatização da Cia. Vale do Rio Doce foi marcada por apaixonado debate nacional, protestos sociais, processos judiciais e pela disputa entre dois consórcios formados por grandes grupos empresariais. Nós, do Consórcio Brasil, vencemos o leilão e assumimos imensas responsabilidades perante a sociedade brasileira — entre elas o compromisso de transparência, diálogo e resultados econômicos que possam impulsionar o desenvolvimento do País.

A Vale do Rio Doce foi criada no contexto da 2ª Guerra Mundial, quando o governo de Getúlio Vargas negociou a implantação da CSN, até hoje a maior siderúrgica nacional. Com a formação da Vale, em 1942, o Brasil cumpria seu compromisso de abastecer as forças aliadas e viabilizava uma das mais importantes empresas de sua história. Vivíamos um período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo, em que os investimentos eram articulados pelo tripé Estado, capital nacional e capital internacional.

Depois de meio século de história, o Brasil e o mundo passam por profundas transformações. A chamada "terceira revolução tecnológica e industrial" impõe novo paradigma tecnológico e novos padrões de competição internacional. O crescimento da produtividade, a exigência de qualidade e preço e a maior eficiência de toda a cadeia produtiva estabelecem o desafiante cenário da economia globalizada.

É neste cenário mais amplo de transformações históricas que devemos discutir a reforma do Estado e das empresas privadas. As privatizações não podem ser debatidas apenas do ponto de vista ideológico. O Brasil enfrenta grandes obstáculos para sua inserção internacional: o atraso educacional da população, que possui apenas 3,9 meses de escolaridade média; uma infra-estrutura econômica precária, com atraso no cronograma de investimentos; taxas de juro elevadas em relação às taxas internacionais; estrutura tributária arcaica; e a pesada herança de mais de uma década de estagnação econômica e inflação elevada. As empresas foram obrigadas a sobreviver em contexto de instabilidade permanente, indexação generalizada e choques econômicos sucessivos.

O governo Fernando Henrique Cardoso estabilizou a economia com o Plano Real e procura aprofundar reformas estruturais, que permitam ao País criar um ambiente para o investimento privado e bases sólidas para a competitividade dentro do desenvolvimento sustentado. A estabilização não está se fazendo sem custos para as indústrias, que sofrem com a âncora cambial, o crescimento genera-

lizado das importações e o acirramento da concorrência internacional. Mas o País precisa se preparar para o século 21 e formar sua competitividade, único caminho sólido para a criação de renda e emprego.

Como o País pode se preparar para a globalização ou enfrentar o calendário da Alca, se os maiores grupos privados nacionais faturam anualmente US\$ 2,5 bilhões? Não temos tamanho para sobreviver ao peso crescente de grandes grupos multinacionais, que faturam dezenas de bilhões de dólares e operam em quase todo o planeta. Precisamos de novas sinergias, parcerias e estratégias empresariais, para sermos competitivos em nível internacional.

A Vale foi uma grande realização do Estado e dos brasileiros. É uma empresa que, por ser estatal, tem evidentes problemas de gerenciamento, influências políticas e engessamento administrativo, devido às exi-

Paulo Pinto/AE



**A competitividade é único caminho sólido para a criação de renda e emprego no Brasil**

gências da legislação que regula o setor público. O complexo econômico Vale, porém, opera em 30 países e fatura US\$ 5 bilhões por ano. É a mais importante multinacional do Brasil. É uma empresa que pesquisa, lava, transporta e comercializa minérios, além de administrar as mais importantes reservas minerais do País. Supre 25% do consumo internacional de minério de ferro, é a maior produtora de ouro da América Latina, produz alumínio, cobre, potássio, manganês, caulim, papel e celulose — e ainda possui uma importante infra-estrutura de transporte ferroviário, naval e portuário. É uma verdadeira agência de desenvolvimento, que pode servir o País destacadamente se administrada com novos padrões de eficiência, uma imposição da competitividade crescente da economia globalizada.

O Consórcio Brasil foi formado dentro dessa perspectiva ampla e estratégica, de compromisso com o Brasil e seu povo. Nossos princípios são os mesmos que orientaram a gestão da CSN, que enfrentava imensas dificuldades financeiras, comerciais e administrativas e hoje é uma empresa rentável, competitiva e com perspectivas fantásticas. O Consórcio Brasil foi criado a partir do compromisso de uma gestão compartilhada. O quórum para as decisões no novo Conselho de Administração da CVRD é de 2/3 dos votos. Os funcionários da Vale, por meio do clube de investimento, também têm assento no Conselho de Administração. Isso abre uma possibilidade nova para a participação dos funcionários no núcleo de controle da empresa. É um consórcio com predominância dos fundos de pensão, que detêm 38% das ações ordinárias da empresa e constituem o mais importante mecanismo

de poupança e investimentos de longo prazo no Brasil.

Os resultados da Vale beneficiarão todo o País, porque aumentam a eficiência da empresa e impulsionam todo o complexo exportador, diante do aumento da arrecadação de impostos que virá com seu maior faturamento. Beneficiarão também, diretamente, milhões de trabalhadores vinculados aos fundos de pensão — como a Previ, por exemplo —, cuja finalidade principal é assegurar aposentadoria e pensão complementar a seus associados. Temos também uma predominância efetiva de capital nacional, por meio da CSN e dos fundos de pensão, além de uma participação complementar de investidores financeiros, como o Opportunity.

Quais foram os ganhos do País com a privatização da Vale do Rio Doce? A disputa foi muito acirrada no leilão. O outro consórcio reunia a Votorantim, o maior grupo nacional, a Anglo-American, uma das maiores mineradoras do mundo, e grandes siderúrgicas japonesas. Essa disputa leal e compatível com a natureza de uma economia de mercado permitiu um ágio superior a 19%, ou seja, mais de US\$ 500 milhões — o maior de toda a história das privatizações no Brasil.

Esse resultado permite um imediato alívio nas finanças públicas, pois o governo utilizou R\$ 1,55 bilhão para abater a dívida pública em LTNs. Apesar de terem um impacto relativamente pequeno no estoque da dívida — cerca de 1,59% —, esses títulos têm vencimento semestral e pagam juros de 23,8% ao ano. Isso significa uma economia de R\$ 334 milhões em 12 meses — quase o dobro dos R\$ 131 milhões que o governo recebeu em dividendos da Vale do Rio Doce em 1996. Quanto à outra parcela encaminhada ao BNDES, que abaterá dívida do Fundo de Compensação da Variação Salarial (FCVS), representa uma economia de R\$ 534 milhões com juros — mais de três vezes os dividendos recebidos pelo governo por meio de sua antiga participação acionária na Vale.

Metade dos recursos destinados ao BNDES constitui o Fundo de Reestruturação Econômica (FRE), que permite novas linhas de financiamento para infra-estrutura econômica e modernização produtiva. Isso favorece novos investimentos privados, melhora a competitividade, alavanca as exportações, atrai capital e cria empregos.

A vitória do Consórcio Brasil, portanto, veio fortalecer as possibilidades econômicas do País. E, ao concretizar, com sucesso e coragem, a privatização da empresa brasileira de maior dimensão no contexto da economia internacional, o Brasil demonstra também o seu firme propósito de conquista: sua inserção definitiva no modelo globalizado da economia mundial — e de vencer, com sua eficiência, os desafios da competitividade.

\* Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce